



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681378 - SP (2021/0226983-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DAVID DE CASTRO
ADVOGADO : DAVID DE CASTRO - SP360170
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GABRIEL BASTOS DE CASTRO (PRESO)
CORRÉU : WASHINGTON LUIS NASCIMENTO
CORRÉU : CLAUDINEI MESSIAS RAFAEL
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GABRIEL BASTOS DE CASTRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal 0000078-85.2015.8.26.0610).

O paciente foi condenado às penas de 7 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão no regime inicial fechado e 39 dias-multa, pela prática, em concurso formal, dos crimes de corrupção de menores e de roubo circunstanciado.

Assevera que a imposição do regime inicial fechado, mais gravoso do que o previsto em lei, não encontra fundamentação válida, motivo pelo que se contrapõe às Sumulas 718 e 719 do Excelso Pretório.

Ressalta os predicados pessoais abonadores do paciente.

Requer, em caráter liminar e no mérito, a alteração do regime inicial para o semiaberto.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque no *decisum* combatido o relator consignou que (fls. 22-23):

Por derradeiro, impõe-se acolher o pleito ministerial para fixar o regime prisional fechado para o cumprimento da pena privativa de liberdade, pois compatível quantum da pena imposta e com as circunstâncias do caso em tela, em particular, a prática do crime em estabelecimento comercial aberto ao público, o emprego de arma de fogo e o coordenado concurso de agentes, circunstâncias que, à evidência, revelam razoável envolvimento com a criminalidade e demandam resposta penal diferenciada.

Considerando que os pedidos se confundem com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência